

A PLANIFICAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE PELOTAS: LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRATO COM A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL INSTITUCIONALIZADA

NINO RAFAEL MEDEIROS KRUGER¹; ALINE CUNHA DA FONSECA²;
CRISTINE JAQUES RIBEIRO³

¹*Universidade Católica de Pelotas – contatorafaelkruger@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – fcunha.aline@gmail.com*

³*Universidade Católica de Pelotas – cristinejrib@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Analizando os limites enfrentados pelo Trabalho Socioambiental (TSA) do Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas (SANEP), na execução da política de saneamento no município, no intuito de provocar o desenvolvimento de estratégias alternativas eficazes para o trabalho com comunidades em situação de risco socioambiental, concordando com a Portaria 21 de 2014, do Ministério das Cidades, o presente relato apresenta o trabalho de pesquisa através do qual se pretendeu provocar reflexão quanto à implicação dos agentes envolvidos em tal processo, tendo em vista uma maior apreensão das relações que atravessam o cotidiano profissional dos assistentes sociais atuantes em tal política, visando a reconfiguração de suas práticas.

Desta forma, construiu-se uma análise da Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) fazendo um recorte para o município de Pelotas, através da apreciação crítica de seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), analisando-o na intenção de compreender de que forma este normatiza a execução da política, uma vez que esta é uma diretriz federal na qual estão envolvidos um grande número de profissionais, das mais variadas áreas do conhecimento. Desta forma, o rigor teórico-metodológico de sua planificação é fundamental para que os agentes possam reconhecer-se mutuamente no processo. Destaca-se ainda que sem o PMSB o município fica impedido de acessar recursos para obras de saneamento.

Para o desenvolvimento de tal análise entendeu-se enquanto necessária a reflexão compreensiva de que o TSA é um setor da autarquia desenvolvido no mesmo processo de construção do PMSB, e com a mesma finalidade: a de atender as especificações da PNSB para execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Este, que tem sido desenvolvido enquanto um conjunto de projetos de infraestrutura urbana, obras, dentre as quais se localizam as de saneamento, para as quais a autarquia juntamente a prefeitura municipal construiu uma série de projetos que foram enviados ao Ministério das Cidades, a partir do ano de 2009, diante do longo período em que não se desenvolviam obras de ampliação das redes de saneamento básico no município, fazendo com que algumas localidades da cidade já apresentassem problemas, estando entre estas, áreas de grande interesse do setor imobiliário.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido, através de uma pesquisa qualitativa, de forma bibliográfica e documental, com fundamentação teórica e metodológica no historicismo–crítico–dialético, pela possibilidade de se compreender o desenvolvimento da sociedade em sua relação conflituosa, para a identificação de vetores capazes de conduzir para uma real transformação.

Para tanto, analisou-se artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses e, dissertações que versam sobre a temática. Trabalhando-se a partir de autores como Antonio Gramsci, Roberto Aguiar, Walney Sarmento, Milton Santos entre outros.

A metodologia, ou o caminho utilizado para investigação, teve como objetivo trazer dados plausíveis e concretos para discussão e resposta aos questionamentos construídos durante o período de mais de um ano de análises, estudos e discussões no espaço onde desenvolveu-se estágio curricular, o TSA do SANEP.

Assim, trabalhou-se as questões que se julgaram pertinentes para a compreensão do caminho que deve ser percorrido quando lança-se reflexão sobre a materialização do trabalho profissional dos assistentes sociais em sua relação cotidiana com e na cidade, considerando as relações de manifestação da questão social bem como as relações políticas que colocam-se em disputa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao passo que a PNSB destina um capítulo inteiro para trabalhar à participação de órgãos colegiados de caráter consultivo no controle social da política de saneamento, através dos quais assegura a participação social dos usuários do serviço de saneamento e da sociedade civil organizada (capítulo VIII), este viés, que pode-se destacar não fora admitido na legislação anterior (Lei 5.318/67), por razões inerentes ao regime ditatorial militar, também não o é no PMSB, podendo-se verificar a aproximação das discussões que sustentam a exclusão da participação social, imbricada com um conceito de organização política, um formato muito específico de gestão pública que rejeita a participação social, trabalhando as políticas públicas enquanto conjuntos de obras que tendem a beneficiar diretamente aos grupos que controlam o mercado capitalista em cada período sócio-histórico, trabalhando a ação estatal voltada as populações em situação de vulnerabilidade de forma assistencialista, mistificando as relações, negando os direitos e gerando o sentimento de favorecimento.

A análise destas relações é destacada por serem de extrema importância para a desmistificação dos pensamentos tecnicistas, autoritários e verticalizados, quanto as demandas públicas e a mediação do Estado neoliberal. Estes que são produtos do sistema capitalista, e alvo de combate por parte do projeto ético-político profissional dos assistentes sociais.

A PNSB de 2007 ao integrar de forma complexa outras políticas de relevante interesse social, traduz a necessidade de uma compreensão holística da questão de saneamento básico (BERTALANFFY, 1977; CAPRA, 1996; MORIN, 2000), “considerando as demandas emergentes em uma realidade multifacetada e não linear” (GAMA, 2010). Efeito este que não fora reproduzido no PMSB, pois a análise deste documento reflete formalmente a não compreensão da totalidade de abrangência da Lei 11.445, não articulando a intersectorialidade, e relegando a participação social.

A abordagem feita por Carola Castellà e Marc Parés (2012) facilita a compreensão não somente quanto às críticas, mas sobretudo quanto a qualificação que se obtém na execução das políticas públicas quando operadas

de forma democrática, garantindo a participação e o controle social, o que tem sido apontado enquanto o mais caro para o serviço, pelos técnicos do TSA, e que se considera o mais importante. A garantia de que o trabalho bem como os recursos sejam executados pelo “poder público” mediante o desenvolvimento de espaços para participação e mobilização social na gestão da política pública de saneamento. Este, é o mais significativo, e onde se tem encontrado as maiores dificuldades do processo, pois é neste espaço onde encontra-se a especificidade do serviço social.

Garantir a prestação dos serviços de saneamento em sua universalidade e integralidade (Art. 2º, incisos I, II, respectivamente), considerando que a participação traz a experiência que parte de práticas e vivências cotidianas (CASTELLÀ; PARÉS; in TENÓRIO, 2012), propiciando a construção de instrumentos para o acesso em conformidade com cada necessidade local, maximizando a eficácia das ações e seus resultados (BRASIL, 2007).

4. CONCLUSÕES

A narrativa construída justifica a opção de análise da execução dos processos participativos instituídos pela PNSB, pois atesta que a falta destes tende a desqualificar os processos gerando dúvidas na população usuária quanto a elaboração, execução e fiscalização de tais políticas, fragilizando na essência os processos democráticos representativos. Ainda, estando na essência dos conflitos enfrentados nos espaços de execução da política, uma vez que o PMSB não reconhece o direito a participação social, e assim reforça o caráter assistencialista com o qual é tratado não só a política, mas seus executores.

O aumento desta participação por meio de instrumentos deliberativos ou de representação direta seriam os objetivos a serem alcançados por tais autores, o que vem a corroborar com a perspectiva trabalhada na PNSB ao buscar a desconstrução da contradição criada entre os conceitos de participação popular e eficiência, pois estes devem ser trabalhados cada vez mais de forma complementar. Pois a aproximação da sociedade junto a elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas tende a qualificar as mesmas, na medida em que estes são os afetados em seu cotidiano pela falta destas políticas afirmam os autores (CASTELLÀ; PARÉS, 2012).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. 3. ed. Tradução Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes.

BRASIL, **Lei n. 11.445 de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério das Cidades. **Portaria n. 21 de 22 de janeiro de 2014**. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas de Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

CASTELLÀ, C; PARÉS, M. **Participação e qualidade democrática: uma proposta de critérios de qualidade**. in TENÓRIO, F. G. Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análises, Rio de Janeiro: FGV, 2012.

GAMA, R. S. **Aspectos da Política Nacional de Saneamento diante da transição democrática da sociedade e do Estado brasileiro**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 141-152, jul./dez. Editora UFPR, 2010.

RIBEIRO, Cristine. **O DIREITO À POSSE: a população invisível no loteamento Santa Cecília no município de Pelotas/RS**. In: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luis do Maranhão. Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas. São Luis do Maranhão, 2015.

RODRIGUES, T. A; SALVADOR, E. **As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais**. Brasília: SER Social, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan/jun. 2011.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009

_____. **A Urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Pobresa Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3 ed. RJ: Lamparina, 2007.

SCHONS, Selma Maria. **Assistente Social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo. Cortez, 1999.

SECCHI, L. **Analises de Políticas Públicas: diagnósticos de problemas, recomendações e soluções**, São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, M. O. S. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análises**, Rio de Janeiro: FGV, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**.